



Modernidade e alucinações eurocêntricas a partir de Enrique Dussel e Achille Mbembe

Modernity and Eurocentric Hallucinations according to Enrique Dussel and Achille Mbembe

Rodrigo Amorim Castelo Branco

Universidade de Brasília - UnB
e-mail: rodrigocasbr@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho ensaístico pretende, a partir das ideias de Enrique Dussel e Achille Mbembe, explicitar reflexões acerca das categorias modernidade-colonialidade, branco-negro a fim de elucidar, reciprocamente, como cada autor critica a narrativa hegemônica de superioridade europeia/moderna. Com Enrique Dussel, salientamos o Mito da Modernidade como recurso ideológico para fazer da Europa o centro cultural do globo. O objetivo da Modernidade é a tentativa de fazer a sua regionalidade se tornar universal. Com base nos pensamentos de Achille Mbembe, apresentamos as suas críticas ao princípio de raça, alucinação eurocêntrica, construção ideológica para definir papéis sociais entre colonizador e colonizado, entre branco e negro.

Palavras-chave: eurocentrismo, negro, branco, raça, modernidade.

Abstract

This essay intends to explore reflections according to the ideas of Enrique Dussel and Achille Mbembe on the categories of modernity-coloniality, black-white to elucidate mutually how each author intends to criticize the hegemonic narrative of the European superiority/modernity. From the reflections of Enrique Dussel, we emphasize the Myth of Modernity as an ideological resource to make Europe the cultural center of the globe. The Modernity aim is to try to make its regionality universal. Based on the thoughts of Achille Mbembe, we present his criticisms of the principle of race, Eurocentric hallucination which ideologically seeks to define social roles between colonizer and colonist, between black and white.

Keywords: eurocentrism, black, white, race, modernity.

Introdução

Este ensaio discute, a partir das reflexões de Enrique Dussel e Achille Mbembe, a fictícia construção ideológica da Modernidade sobre uma Europa sempre-potência, que busca instaurar, globalmente, um padrão de ser e de viver que aparta mundos (ser e não-ser, branco e negro, inferior e superior), promovendo a zona da dualidade a partir da violência física e da agressividade psicológica.

A questão central aqui abordada se refere à vontade de poder eurocêntrica de forjar uma história unitária, que busca fazer da Europa o centro do poder cultural e político de todo o globo. A partir de Enrique Dussel, demonstramos a real conjuntura da Europa como periferia do mundo antes do século XIV e evidenciamos de que modo ela procura sair dessa condição marginal a partir do domínio de povos americanos, usurpando suas riquezas materiais para alavancar a sua força política.

Ao instaurarmos o diálogo com Achille Mbembe, evidencia-se o modo como a fantasia da Modernidade afeta o homem negro africano a partir da criação ideológica do princípio de raça. Nesse princípio, o colonizador fundamentou a violenta dualidade entre o branco e o negro. A brancura surge como a salvação da negritude. Todavia, a salvação se dá de forma apartada, tendo-se em vista que branco e negro se relacionam em caráter de distanciamento, isto é, o primeiro enquanto senhor e o segundo como serviçal. O homem negro não se reconhece como tal, mas é levado a acreditar que nasceu, naturalmente, para servir quando o colonizador assim o categoriza.

Embora Enrique Dussel e Achille Mbembe sejam originários de contextos políticos e sociais distintos, eles se preocupam com a mesma questão: o Mito da Modernidade em Dussel, que se traduz em Alucinação Eurocêntrica em Mbembe. Entendemos que as críticas e reflexões de ambos se somam e trazem amplas ideias para discutir tais temáticas. Daí a relevância do debate para os estudos das relações interétnicas na contemporaneidade, desvelando uma História bem mais ampla e diversa da que nos é contada pelo “conquistador”.

O Mito da Modernidade e o Eurocentrismo segundo Enrique Dussel

Entendemos que a Filosofia e a História representam o agravamento das coisas. Tanto a Filosofia como a História são áreas do conhecimento que tornam as coisas graves. Filosofar sobre a História e historiar sobre a Filosofia são atitudes agravadoras, pois levam questões tidas como simples a críticas e raciocínios tão profundos que o simples de antes se torna o complexo de agora. E aqui, o grave para ambas as áreas do saber é a questão da Europa e do imaginário moderno.

Se inicia com a seguinte indagação: o que é Europa? Uma resposta contemporânea, seria: é o centro, a fonte das ideias e padrões sociais acolhidos e defendidos por ampla maioria. A essa questão, segue-se outra, velada e não debatida: quais os desdobramentos de uma Europa centro do poder discursivo e intelectual? Reportamo-nos à análise histórica e

filosófica do pensador argentino Enrique Dussel, *Europa, Modernidade e Eurocentrismo*¹, como aporte teórico essencial para refletir sobre as questões antes elencadas.

Dussel reflete sobre uma Europa mitificada, inventada, ideologicamente formada na falsidade de superpotência que não deve nada a ninguém, de ser autônoma e criativa por si mesma. A história eurocentrada apaga as contribuições de outras culturas, sociedades, políticas e filosofias para com o “centro epistemológico”. Amíúde, o desenvolvimento sociocultural europeu se pensa como livre da heteronomia de outros povos, pois a história que nos é contada, é metanarrada pelo conquistador, pelo próprio europeu.

O conquistador não demonstra suas fraquezas e suas origens, mas apresenta à terra conquistada e aos seus nativos um *metaconto de poder e glória pelo próprio suor e esforço*. Entendemos por conquistador aquele que domina outro povo, subjugando-o por meio da violência física ou por meio da imposição de padrões sociais que estabelecem um modo de vida de supremacia do colonizador sobre o colonizado. A conquista indica a cristalização dos padrões estabelecidos na terra dominada. Nesse sentido, temos duas conquistas: da terra (material) e ideológica (do pensamento) dos povos residentes.

A metanarrativa mitológica de uma Europa inventada, conforme Dussel, demonstra que a História é contada de forma unilateral, onde só um lado (o Ocidente) se pronuncia para universalizar os seus pressupostos. O imaginário hegemônico europeu tem a intenção de cristalizar a Europa como o arquétipo de humanidade, territorialidade, produtividade e engenhosidade fundantes.

Dussel chama esse imaginário arquetípico de Mito da Modernidade. Trata-se de uma mitificação, porque a Europa desejou e ainda almeja, ser o centro universal epistemológico, bem como a criadora do modelo ideal de homem a ser perseguido por outras culturas. Todo esse labor tem como escopo primário fazer do Ocidente Europeu o padrão cultural único e fecundo do globo, em que suas criações e modelos regionais se tornem fundamentais e exemplares para as demais regionalidades.

Como salienta Dussel, esses anseios da Europa potência teórica, mercantil e central datam da Grécia Clássica:

¹ Enrique Dussel escreve a palavra “moderna” entre aspas para demonstrar uma Europa produzida conceitualmente e por uma semântica imaginária, estabelecida pelos próprios europeus, que visaram contar a sua história de glória sem levar em conta o seu passado periférico em relação à Ásia Menor (Anatólia), Mesopotâmia e a África.

O lugar da futura Europa (a “moderna”²) era ocupado pelo “bárbaro” por excelência, de maneira que, posteriormente, de certo modo, usurpará um nome que não lhe pertence, porque a Ásia [...] e a África (o Egito) são as culturas mais desenvolvidas, e os gregos clássicos têm clara consciência disso. A Ásia e a África não são “bárbaras”, ainda que não sejam plenamente humanas. O que será a Europa “moderna” [...] não é a Grécia originária, está fora de seu horizonte, e é simplesmente o incivilizado, o não-humano. Com isso, queremos deixar muito claro que a diacronia unilinear Grécia-Roma-Europa é um invento ideológico de fins do século XVIII romântico alemão; é, então, uma manipulação conceitual (DUSSEL, 2005, pp. 55-56).

É nesse argumento que se questiona o movimento europeu que se autodeclara o esteio unilateral e universal do mundo. Anteriormente, no período antigo da Europa, os seus habitantes eram considerados bárbaros, já que a Ásia, o Egito e a África detinham filosofias, conceitos, produções e estruturas comerciais mais complexas do que a Europa de outrora. O movimento europeu ativo, autodeclarado como o padrão social e cultural nem sempre se constituiu como atualmente. Trata-se, pois, de uma Europa que estava no âmbito da periferia do globo, mas que no século XVIII é inventada³, “modernizada” ideologicamente para manipular a semântica do termo “Europa”.

É graças à manipulação do conceito e da semântica do que seja Europa que surge um eurocentrismo. A partir da invenção do Mito da Modernidade, que nascer, ser e viver como europeu significa estar no mundo com uma humanidade privilegiada, devidamente formada, educada, pautada em uma cultura sedimentada e fundamental, distinta das outras existentes por estas serem inferiores em diversos aspectos. Isso, claro, se a Europa considerar esses outros povos como detentores de cultura. É ela que define o nível cultural e social das outras realidades a partir de sua *regionalidade universalizante*.

Essa regionalidade universalizante se desdobra em diversas violências contra as alteridades. Dessa forma, engendra-se o racismo epistêmico e a monocultura, que depreciam as amplas diversidades dos povos

² Cf. *Esquema 1: Sequência histórica do mundo grego à Europa moderna* (DUSSEL, 2005, p. 57). O autor apresenta a sequência do processo de constituição europeia antes da visão moderna de Europa: o mundo fenício, semita, egípcio e os povos do norte detentores do *logos* antes dos gregos clássicos e do mundo helenístico.

³ Enrique Dussel utiliza o termo “universalidade” muçulmana entre aspas, pois não se trata de uma universalidade como domínio de todo o globo pelo mundo turco, mas significa que a Ásia e a África eram a expressão maior do mercantilismo e da cultura antes da dominação europeia sobre suas colônias. Até o século XV não há, empiricamente, história mundial como a Europa hoje afirma.

colonizados. É aqui que a Europa autoproduz a sua verdade, definindo-se como o território da raça superior, do saber fundante, da supremacia política, econômica e social. Por outro lado, o outro não europeu é apenas uma imperfeição negada e menosprezada.

A Europa, mesmo sendo o berço de pensadores mundialmente conhecidos, não é e nunca foi o centro mundial, a superioridade epistêmica. Tampouco é espírito perfeito da humanidade – criticamos aqui junto com os pensadores abordados a tese da existência de um centro absoluto do globo. Precedente à trama do Mito da Modernidade, temos apenas uma Europa provinciana (local, particular), mas que já inicia a atividade de autoengrandecimento narcísico por meio de suas colonizações territoriais e psicológicas, passando a se apresentar como o próprio tribunal da razão absoluta e global, o padrão monológico, monocultural e monoepistemológico. Cria-se um tipo agressivo de racionalidade excludente, destituindo e inferiorizando o conhecimento, a cultura e a razão das sociedades conquistadas.

O pensamento de Enrique Dussel (2005, p. 56) é central compreendermos o movimento que desmascara a fantasia eurocêntrica moderna. Faz-se mister esse labor para evitar incorrer em certos riscos. Uma visão única da História é resultante da ausência de um espírito crítico. Exemplifica-se esta questão citando Aristóteles, considerado por muitos um filósofo puramente europeu, formado unicamente na Grécia Clássica. “É importante lembrar que [...] é tanto cristão-bizantino como árabe-muçulmano”.

A Modernidade europeia apresenta um Aristóteles inteiramente europeu, grego, com vista a demonstrar que a criação da lógica, da botânica e da metafísica tem sua gênese na própria Europa. Nesse sentido, como lembra Dussel, a Modernidade se “esquece” de evidenciar que Aristóteles foi respeitado como proeminente pensador mais pelos árabes do que pelos cristãos europeus. Muito antes das obras desse pensador chegarem ao continente europeu, ele é estudado em Bagdá e só posteriormente, no século XII, que a filosofia aristotélica (não puramente grega) é traduzida para o latim na Espanha e na França.

A questão é que a Europa anterior ao século XIV não é reconhecida como a “força fundante e essencial”. Ela passa a se fundar com a realização de seus projetos de domínio a partir de suas colonizações na América e na África. Antes o território europeu estava na zona de cultura periférica e secundária, já que países árabes dominavam as relações políticas.

[...] a Europa latina continua sendo uma cultura periférica, secundária e isolada pelo mundo turco muçulmano, que

domina politicamente do Marrocos até o Egito, a Mesopotâmia, o Império Mongol do Norte da Índia, os reinos mercantis de Málaga, até a ilha Mindanao, nas Filipinas no século XIII. A “universalidade⁴” muçulmana é a que chega do Atlântico ao Pacífico. A Europa latina é uma cultura periférica e nunca foi, até este momento, “o centro” da história; nem mesmo com o Império Romano (que por sua localização extremamente ocidental nunca foi o centro nem mesmo da história do continente euro-afro-asiático) (DUSSEL, 2005, p. 58, grifo do autor).

O fragmento textual evidencia a tentativa da Europa de sair da condição de inferioridade⁵ sociocultural, de periferia do mundo a qual estava submetida, tendo em vista que o mundo árabe, asiático e africano dominava o comércio e a política. A “universalidade” e a “centralidade” eram muçulmanas. A Modernidade traz uma sequência tradicional (a História nasce na Europa e com a Europa, determina Hegel) que se petrifica nas consciências.

Os livros didáticos escolares, as falas tradicionais e as opiniões unidimensionais⁶ apresentam um discurso lógico-racional apologético da ideia de Europa como uma “*sempre-potência*”⁷, uma “força cultural inata”, que rapta e exclui o lugar da Europa à margem do centro cultural global. Para Dussel, a “Modernidade” pode ser analisada mais profundamente a partir de seus dois conceitos:

O primeiro deles é o eurocêntrico, provinciano e regional. A modernidade é uma emancipação, uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII (DUSSEL, 2005, p. 60).

⁴ Cf. *Esquema 2: Sequência ideológica da Grécia à Europa moderna* (DUSSEL, 2005, p. 59). O autor demonstra a constituição da invenção da Europa moderna, que determina a cultura grega como algo intrinsecamente europeia e ocidental.

⁵ Termo que Herbert Marcuse utiliza para indicar o homem com uma única visão de mundo, uma visão reificada, pautada em discursos já dados ou instituídos pelo sistema capitalista.

⁶ A Europa “sempre-potência” é apenas um mito criado pela Modernidade. Cf. *Esquema 3: Grandes culturas e áreas de contato em fins do século XV (Não há empiricamente história mundial)* (DUSSEL, 2005, p. 60). Enrique Dussel desmistifica a ideia até hoje sedimentada de uma Europa fundamentalmente dominante como gênese do saber e da cultura mundial.

⁷ Na história da filosofia, Descartes é considerado, a partir do seu *Discurso do Método* e de suas meditações, o filósofo que dá início à Modernidade, já que em âmbito epistemológico cria uma ciência justificada, o que significa dizer uma metodologia científica que tem como pressuposto a crença verdadeira justificada. Trata-se de uma nova ciência diferente da gnosiologia (Teoria do Conhecimento) da Antiguidade e da Idade Média, que não tinham como requisito teórico a crença, a verdade e a justificação.

Segue-se que, para o Mito da Modernidade, a Europa representa o apoteótico apogeu do globo, pois é a partir da sua regionalidade universalizante que o ser humano se desenvolve, tornando-se racional, esclarecido, questionador e criador do novo. De acordo com Jürgen Habermas *apud* Dussel (2005, p. 60), “os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa”, bem como o Renascimento Italiano e o Esclarecimento Alemão, que fazem da Europa o centro cultural mundial. Na Filosofia, sobretudo, diz-se que a Modernidade se inicia a partir de René Descartes com o *Discurso do Método* no século XVII, apresentando uma ciência justificada⁸.

A compreensão de que os rumos para “melhorar” a condição humana é eurocêntrica, porque faz da Europa a origem do desenvolvimento ético, político, econômico, epistemológico e social em todo o globo. Trata-se de uma concepção a partir da qual o processo de transformação das estruturas sociais mundiais parte unicamente dos fenômenos intraeuropeus. Se o primeiro conceito de Modernidade europeia se refere a uma Europa como a panaceia para todos os males, o segundo planteia o planeta como o lugar de uma *História Mundial Unitária*.

Isto é, Estados, modelos políticos, exércitos, economia, filosofias europeias representam a Europa como o centro da História, como detentora dos arquétipos essenciais às quais as outras nações devem se adequar. É dessa forma que surge o dito *Sistema-Mundo*, que se inicia em 1492 com a expansão lusitana, atingindo o extremo oriente no século XVI e com a conquista da América. Eis que surge, assim, o Mito da Modernidade em defesa de uma *História Mundial Centralizada*.

Conforme Dussel (2005, p. 61): “a Espanha, como primeira nação ‘moderna’ [...] abre a primeira etapa ‘moderna’: o mercantismo mundial”. Esta nação “estreia” o Mundo Moderno, pois é a primeira da “Modernidade” a expandir a regionalidade a um nível de universalização de teorias e intenções. Surge a primeira etapa do desejo hispânico: a exploração mercantilista da América. Desse modo, as minas de prata de Potosi na Bolívia e Zacatecas no México, descobertas em 1545-1546, são exauridas pelos espanhóis, gerando o acúmulo de capital para vencer os turcos vinte e cinco anos depois. Às

⁸ A Europa, em 1492, passa a buscar o título de “centro” mercantil e cultural do globo. Cf. *Esquema 4: Estrutura centro-periferia do sistema mundial*. (DUSSEL, 2005, p. 62). Enrique Dussel evidencia os degraus de submundo, isto é, as “periferias” abaixo da Europa. Entre elas, primeiro a América Latina (século XV); América do Norte (século XVII); Mundo Muçulmano, África Banto, Sul da Ásia e China como as demais periferias do mundo (século XIX).

custas da extração e domínio sobre a América é que a Europa inicia a sua invenção de potência mundial.

A regionalidade europeia, para se fortalecer como potência econômica, não se contenta com as explorações das primeiras navegações à América pelos hispânicos e lusitanos. Eis que surge a segunda etapa da "Modernidade" a partir da Revolução Industrial do século XVIII, pautada nas transformações promovidas pelo Iluminismo, elucida Enrique Dussel. Nessa segunda fase, a Inglaterra se torna a potência hegemônica até 1945, substituindo a Espanha e passando a comandar a Europa Moderna e a História Mundial Unitária.

Nessa substituição de liderança europeia, no qual a Inglaterra passa a ser a potência continental, fortalecendo, por conseguinte, a Europa como "centro" da História Global, há mais ainda, a maximização da subestimação e da desvalorização dos países e povos não-europeus, constituindo, dessa forma, as outras culturas em periferias do "mundo" europeu⁹.

Na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e na *Crítica da Razão Prática*, Kant teoriza sobre o "universal ético", traduz essa teoria a intenção europeia de domínio de consciências. Conforme Dussel (2005, p. 63), "universalidade concreta é o que pretende Kant, por exemplo, com o seu princípio da moralidade. De fato, no entanto, identificou a 'máxima' europeia com a universalizável". Ou seja, a evolução do homem deve partir, necessariamente, da *Europa como condição ética universal*.

Entendemos que Europa se apresenta como um continente etnocêntrico. Mas o que é etnocentrismo? Segundo Everardo Rocha:

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade (ROCHA, 1984, p. 5).

A partir da indicação sobredita, podemos identificar aspectos do etnocentrismo europeu. A Europa mesma se intitula o centro fundador de valores, modelos que podem definir o modo de vida em escala global. O fato é que todas as nações são etnocêntricas, pois buscam defender os seus

⁹ De acordo com Enrique Dussel, não há que se falar em "mundo europeu", já que o globo é maior do que a Europa. A pretensão à universalidade europeia é uma fantasia ideológica para promover uma colonialidade mercantil e epistemológica sobre as ditas periferias mundiais.

pressupostos culturais, sociais, éticos, políticos e econômicos. Todavia, o etnocentrismo europeu ultrapassa a barreira da defesa de sua realidade sociocultural, já que tem como escopo maior se identificar com a própria "*universalidade-mundialidade*".

O eurocentrismo moderno promove um desarranjo entre a sua pretensão abstrata à universalidade e mundo material, real. Isto é, a universalidade europeia é apenas uma categoria lógica hegemônica como "nascente central" da cultura global. No entanto, Dussel deixa claro a partir de sua análise histórica sobre a condição cultural e política europeia, que o mundo não nasce na Europa nem como centro cultural e nem como fonte mercantil.

A Modernidade estreia um novo paradigma para as consciências intra e extraeuropeias. O caminho aberto por lusitanos e hispânicos será seguido por holandeses, franceses e ingleses. Assim, a América Latina ingressa no mundo moderno, bem como a América do Norte e os países africanos. No entanto, essa entrada no "Novo Mundo" não é equitativa e nem benevolente, porque os povos "visitados" são dominados, conquistados, explorados e determinados como não-ser. Acontece que a metrópole vela, encobre a humanidade dos colonizados. Os colonos apoderam-se ao se empoderarem da terra e da vida dos dominados. Mas para acontecer este empoderamento, Enrique Dussel compreende que:

Se a Modernidade tem um núcleo ad intra forte, como "saída" da humanidade de um estado de imaturidade regional, provinciana, não planetária, essa mesma Modernidade, por outro lado, ad extra, realiza um processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo mítico, a "Modernidade" é justificativa de uma práxis irracional de violência (DUSSEL, 2005, p. 64).

O termo *ad intra* indica o "por dentro" da Europa, a "intenção", o "desejo" interno, que é a fuga do seu estado de periferia do mundo a partir de 1492, quando a Ásia Menor, a Mesopotâmia e países africanos detinham o domínio do mercado e da política. A expressão *ad extra* se refere à "exteriorização" das intenções da Europa, à teoria de dominação seguida da prática para atingir o seu desejo de outrora: tornar-se potência cultural mundial à custa da exploração, exaustão dos povos e dos recursos naturais colonizados.

O mito moderno autoformula-se com diversas características consideradas "centrais e fundantes" e que autorizam a violência europeia sobre os povos ditos periféricos. Primeira: a civilização moderna se apresenta como mais

evoluída e superior às outras (posição eurocêntrica explícita). Segunda: essa superioridade europeia tem como obrigação educar os bárbaros, inferiores e primitivos (exigência moral). Terceira: se o não-ser (o bárbaro) se opuser ao processo educativo e civilizatório moderno, a violência física está autorizada. É, como evidencia Enrique Dussel (2005, p. 64), “a guerra justa colonial”.

Quarta: a conquista da Modernidade promove hostilidade e agressividade de diversos modos a partir da qual vidas são dizimadas. Mas para o europeu, o processo disciplinar depende de uma inevitável violência contra o incivilizado. Aqui, o nativo é réu, criminoso e delinquente (o autóctone, o negro, o escravo africano, a mulher). Para o colonizador, o homem rebelde necessita de um ídolo-herói que possa tirá-lo da condição de selvageria e de brutalidade. Segundo o europeu, trata-se de um “sacrifício salvador” para com o dominado.

Quinta: além da culpa por ser inculto e inurbano, o nativo do país conquistado ainda é um criminoso por opor-se ao processo civilizatório imposto pelo europeu. O indígena e o negro africano são a causa do impedimento da emancipação e da autonomia europeia. Para a promoção do desenvolvimento social da Europa, os atrasados e imaturos são sacrificados. Vê-se que um lado está em detrimento (o homem rude da América e da África) enquanto o homem do ocidente europeu tem a primazia, a supremacia e os privilégios sobre a alteridade considerada ínfima e débil.

Como se mostrou nos parágrafos supracitados, o europeu inverteu a sua condição de réu. Para a Modernidade, ele, na verdade, foi violentado pela imagem do homem primitivo, este considerado pecador, indecente, rude e abrupto. O jeito de ser do nativo violentou a visão do colonizador. Assim, o europeu se passa por inocente sobre os seus mártires. A vítima é incriminada e denunciada. O acusador, o violentador, por outro lado, é o indulgente e o benfeitor, porque busca “educar” o primitivo.

Para Dussel, a Europa é resultado da subsunção do mundo em si mesma para se tornar o centro mundial da História, objetivando a emancipação máxima de sua cultura. Para esse objetivo se concretizar, ao mesmo tempo, a Europa se pauta na cultura da violência para eliminar as barreiras que obstruem a sua dominação colonial. É assim que o homem moderno domina as nações estrangeiras sem limite e sem pudor.

Achille Mbembe e as “alucinações” eurocêntricas

Achille Mbembe, assim como Dussel, pensa a questão da dominação europeia sobre o outro tido como não-ser. Para Mbembe, este não-ser é, além do indígena, o homem Negro¹⁰ e africano. Na *Crítica da Razão Negra*, a tese central é a de que o homem da África se torna negro após tal nomeação imposta pelo europeu. O africano, antes de ser padronizado como negro é um ser para si mesmo, um vivente sem categoria ou predicação que o estabelecesse na zona de indigência determinada pelo padrão eurocêntrico. É a partir do estigma que o europeu impõe tornou ao africano não-ser e a África como submundo.

No capítulo titulado *O poço da alucinação*¹¹, da obra citada, Mbembe apresenta uma importante indagação: o que devemos entender por “Negro”? O filósofo elucida que o termo Negro, a partir do século XVIII, no período de intenso tráfico de escravos, torna-se de uso cotidiano. Trata-se de um emprego pejorativo e desdenhador utilizado por Ocidente para determinar a humanidade do africano antes mesmo de capturá-lo como escravo. Nesse sentido, a visão eurocentrada de humano define o Negro como “Ser humano vivo e com formas bizarras [...] dominado pela alegria e abandonado pela inteligência” (Mbembe, 2014, p. 76).

A definição de Negro, ela mesma, já é uma alucinação eurocêntrica. Alucinação porque se trata de um invento ideológico para apartar culturas, a melhor sobre a pior, a mais rica sobre a mais funesta. A Europa forja modelos que exaltam seu mundo dominante a fim de explorar um “novo mundo” disponível ao europeu. Nesse sentido, o não-ser, o outro – africano – só passa a ter sentido para o seu “descobridor” quando este o nomeia e o aloca na condição de trabalho subserviente.

A concepção “alucinada” dos europeus sobre o Negro é um revestimento externo, um invólucro predicativo do conquistador moderno que se torna petrificado nas consciências daquele que domina e daquele que é dominado. Ou seja, o Ocidente Europeu fabrica, produz e determina o Negro, calcificando nesse sujeito características negativas desconhecidas por este, mas que a partir dessa definição colonizadora passa a ver-se conforme

¹⁰ O termo cunhado por Achille Mbembe é uma crítica às visões eurocentradas do Branco sobre o Negro, mundividências estas que determinam o africano como um ser bizarro. O Negro foi predicado amiúde e determinado com um ser inferior. Contudo, todas essas determinações são “alucinações”, pois constroem um modelo parcial, ilusório e irreal de homem africano.

¹¹ Pensadores anticoloniais e antirracistas como Franz Fanon, Achille Mbembe, Anthony Appiah e Paul Giroty questionam a divisão ontológica-racial entre zona do ser e zona do não-ser, que salvaguarda o branco-ser e o negro-não-ser. Para os pensadores citados, faz-se mister pensar a humanidade sem a referida dicotomia ou dualidade. A categoria de raça não é essencial e é necessário eliminá-la das considerações como elemento operatório de julgamento. A raça deve deixar de existir para o racismo também perder o seu lugar na realidade.

foi sentenciado pelo conquistador. Desse modo, a segunda fase da Modernidade citada por Dussel se corporifica: Europa inferioriza os povos das colônias a ponto de a negritude pensar que nasceu para servir o senhor vindo do mundo “evoluído”.

Achille Mbembe denuncia:

O substantivo “Negro” é o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal [...] A extração [de mineral] é, de imediato, dilaceração ou separação de determinados seres humanos das suas origens de berço [...] Produz-se o Negro, isto é, [...] o sujeito de raça, ou ainda a própria figura daquele que se deve manter a uma certa distância – de que podemos desembaraçar-nos quando aquilo deixar de ser útil (MBEMBE, 2014, p. 78).

O Negro é uma criação predicativa do Branco, que o determina como uma máquina de labor e que deve produzir o máximo possível. Separa-se o Negro de sua família e de seus entes queridos, pois é considerado um objeto sem volições e sentimentos. Como um mero objeto, pode ser descartado a qualquer instante, basta se cansar e não produzir com vigor. Vê-se que o Negro é escravo, é objeto, menos ser humano. E ele é assim transformado pela branquitude colona. O que a Europa faz com a África é determiná-la como o polo dos mistérios e fantasias. Esta “lógica” eurocêntrica vê no africano uma felicidade e uma animalidade que devem servir para algo: para o trabalho e produção de riquezas aos senhores dominantes.

O europeu se considera o herói benevolente que chega à América com a obrigação moral de educar e catequisar as populações indígenas incivilizadas. Trata-se de um favor do branco para com o nativo americano, explicita Enrique Dussel. E em território africano não foi diferente, compreende Achille Mbembe. O Negro, na visão do Branco europeu, não poderia ter capacidade para pensar de forma dialética. A racionalidade não era a sua característica. Apenas a “raça” branca poderia fazer história por meio de práxis bem concebidas e bem realizadas. A negritude é um nada, um não-ser sem vida, ausente de vontade ou capacidade próprias. Desse modo, o Branco surge para ensinar ao Negro a ter “máscaras brancas”, já que é só isso que ele pode ter.

Para o Ocidente Europeu, a África se encontra imatura, infantil e débil, condição da qual a Europa já teria evoluído há tempos. É por isso que a

Europa faz parte da zona do ser¹², da superioridade racial, pois é “Moderna”. Já a “raça” negra está na zona do não-ser por ser instintiva, irracional e primitiva. O julgamento racial aqui estabelecido tem um elo com o “princípio melaniniano” a partir do qual a cor da pele do ser humano mensura o nível de sua humanidade, fazendo-o mais ou menos sujeito.

Aquele que “detém” humanidade superior é o Branco, que, de forma “delirada”, inventa e fixa o Negro como um objeto a partir de relatos, piadas e determinações culturais racistas. Salienta Achille Mbembe (2014, p. 84): “Deveríamos acrescentar que, por sua vez, o Branco é, a vários respeito, uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar”. E completa, em referência à consideração de Franz Fanon, “que o Negro não existe mais do que o Branco”.

Para Achille Mbembe, o homem europeu ambiciona ser mais do que o Negro. O Branco desloca-se do seu local de origem e, paulatinamente, inicia a construção de um imperialismo reacionário e reativo à diversidade e cultura negras, promovendo a usurpação da força de trabalho do homem colonizado. O Branco dispara a ordem brutal para a exploração da terra e do povo dominado. O ocidental o faz, pois busca sair de sua cidade natal, já que nela é apenas um homem dispensável e sem importância, salienta Achille Mbembe. Ele almeja eliminar o seu ressentimento de homem supérfluo dominando povos para transformá-los em objetos inferiores e subalternos.

Esta fantasia do homem Branco de ser mais do que o Negro ganha força a partir de dispositivos institucionais, políticos, econômicos, culturais e, principalmente, teológicos. A ideia da pessoa Negra subalterna e sem alma, distinta do Branco, advém de dogmas e padrões culturais clericais. Como enfatiza Achille Mbembe (2014, p. 86): [...] “a semiotização da segregação racial provém simultaneamente da fé, da doutrina e do direito, sendo qualquer transgressão de um desses tópicos passível de diversos castigos, inclusive a morte”. Esses são princípios devastadores instituídos pelo colono na África, a fim de colocar o Negro no seu lugar de subalternidade.

Entendemos que o mundo fantasioso e “alucinado” que o Branco cria nas colônias obteve o êxito pretendido, já que definiu o arquétipo essencial de vida: ser branco dominador/conquistador, o que, simultaneamente, tem caráter apologético ao racismo, machismo, sexismo, homofobia e patriarcalismo. Assim, eis que a violência e a desumanidade das metrópoles sobre as colônias se tornam naturais e até mesmo necessárias para o

¹² Destacamos que o princípio de raça e o racismo são fenômenos ativos a partir do século XIX em diante. Trata-se de um racismo sistematizado e projetado pela Modernidade, que estabelece a demarcação da raça como o traço que define aqueles que estão à margem na condição de infra-humanidade (indígena, negro, africano, asiático, árabe) e aquele que é o humano por excelência (europeu).

desenvolvimento do globo às custas da exploração e da submissão dos povos estrangeiros.

A força e o excesso do Branco se tornam evidentes em momentos históricos e contextos diversos os quais promovem, como frisa Achille Mbembe (2014, p. 87), “genocídios e extermínio no Novo Mundo e na Austrália, tráfico de escravos no triângulo atlântico, conquistas coloniais na África, na Ásia e na América do Sul, *apartheid* na África do Sul [...] extorsão, roubos, expropriações e pilhagens em nome do capital e do lucro”. Surgem, a partir da chegada do colonizador ao mundo desejado, as determinações difamatórias do que é o Negro.

Em contraponto aos cânones brancos de ser, Achille Mbembe se vale da iconoclastia fanoniana que desconstrói a visão eurocentrada de humanidade. Ei-la:

Eu não sou negro nem sou um negro. Negro não é nem o meu nome nem apelido, e menos ainda a minha essência e identidade. Sou um ser humano, e isso basta. O Outro [Branco] pode disputar em mim esta qualidade, mas nunca conseguirá tirar a minha pele ontológica. O fato de ser escravo, de ser colonizado, de ser alvo de discriminações ou de toda a espécie de praxe, vexações, privações e humilhações, em virtude da cor da pele, não muda absolutamente nada. Continuo a ser uma pessoa intrinsecamente humana, por mais violentas que sejam as tentativas que pretendem fazer-me crer do contrário [...] “Negro”, portanto, é uma alcunha, a túnica com a qual outros me disfarçam e na qual tentam me encerrar (MBEMBE, 2014, p. 88).

O esclarecimento acima evidencia uma contraposição à visão moderna (eurocentrada) de homem. Não existe o “Negro”, mas sim o “ser humano”, compreende Franz Fanon e Achille Mbembe. É a Modernidade que instala modelos antropológicos para definir o que são não humanos. Emerge uma segregação colossal a partir da qual o Negro será colocado à parte, à margem, à distância da cultura global, como o próprio inumano.

Como define o homem moderno, o Negro está à distância do Branco em dimensão teórica e intelectual, mas, por outro lado, está próximo fisicamente de seu senhor, pois serve como coisa, escravo estabelecido como fonte de riquezas, luxo, mercadoria e conforto para este Branco que o tem como objeto conquistado ou como espólio herdado. Assim, o Negro não possui liberdade, não pode viver sua vida por conta própria, já que lhe foi usurpado o trabalho, a família, seus escritos e produções intelectuais. Ao

eliminar toda razão negra, o conquistador faz do Negro um ser débil e inútil para a criação intelectual, mas o faz fecundo para o trabalho braçal. Como destaca Achille Mbembe (2014, p. 92), trata-se de um processo de “diminuição e de enclausuramento [...], de opressão racial e, por vezes, de desumanização objetiva”. Para Enrique Dussel, eis a proposta e a prática do projeto eurocêntrico para as colônias.

A Modernidade entende a África e a América como desumanizadas de dois modos, explicita Achille Mbembe e, outrossim, Enrique Dussel. Primeiro, são locais de conflito humano, nos quais impera o ser humano entorpecido, insalubre e vazio de ser. E em segundo lugar, África e América são definidas como territórios sem *logos*, insuficientes de racionalidade para terem história. Zonas nas quais os povos residentes são inidôneos para conceberem pensamentos universais. Sendo assim, a Europa “funda” uma África e uma América supersticiosas, adornadas com penas de animais, feiticeiras, tribais, selvagens e primitivas, sem ética e política.

A mundividência europeia vê na África uma condição de infra-humanidade, explicita Achille Mbembe. O mundo africano é o externo, o estrangeiro, o “lá fora” distante das regras morais que tornam um povo digno de ter voz, liberdade e vida plena. Na visão eurocêntrica, torna-se inconcebível o Branco partilhar um mundo comum com o Negro, pois a cultura deste último é a cultura da diferença e não da semelhança branca. O elo que une o Negro ao Branco não é a semelhança na humanidade, mas a serventia que o primeiro pode ter para o segundo, o que se chama condição de subalternidade. Essa união se dá, pois o senhor escravista domina e tem o escravo.

A África é personificada pelo europeu. Trata-se de uma alucinação para mascarar a condição do povo africano. Nesse sentido, quando a Modernidade evoca o nome “África”, a demarca mediante anedotas, histórias fictícias e extravagantes, definindo-a como o mal periférico. Achille Mbembe chama isso de “*apagamento originário*”, no qual a Europa elimina a práxis (teorias e práticas) africana, engendrando uma África nula, ausente de razão e ignorante.

Princípio de raça: o elemento moderno da divisão social e da violência branca

Como narra Achille Mbembe, a Modernidade surge e cria o *princípio de raça*¹³, que acaba por se consolidar na realidade como o paradigma hegemônico do globo, criando um aparelho de dominação social. Esse princípio de raça é forjado para ser aplicado diretamente e, de imediato, ao corpo da alteridade, isto é, do Negro. E se no limiar da aplicação desse princípio as práticas eram triviais, posteriormente começam a ser sistematizadas e incorporadas em instituições, cânones jurídicos e técnicas, tornando-se costume social de segregação racial.

Achille Mbembe entende o princípio de raça justamente como um sistema operatório de julgamento por parte do Branco que promove a divisão e a distinção humana para impulsionar dogmas, estigmas, exclusão e ostracismo contra a pessoa negra. Isolam-se e extirpam-se comunidades consideradas sub ou infra-humanas por meio da dualidade racial.

Para Achille Mbembe, a divisão sociobiológica de raça é uma ocorrência recente, já que se trata de século XIX. Assim, também o sentido biológico acerca da raça (a fisionomia e aparência do Negro). É essa determinação do sentido de raça que promoverá a acumulação de poder à metrópole para dominar e espoucar, destruir e explorar povos e recursos naturais nas colônias governadas pelo princípio de raça.

Para não permanecer no mesmo patamar de humanidade do Negro inepto, o Branco cria a máxima da raça como elemento que distancia a ignorância negra da excelência branca. É o marcador “raça”, sistematizado pelos Estados, que acaba por promover a manutenção do *status quo* branco, exercendo o poder para fabricar raças ao classificá-las e hierarquizá-las. Assim, salienta Achille Mbembe (2014, p. 104): “As tarefas do Estado seriam garantir a integridade e a pureza de cada uma [das raças], isto é, mantê-las a todas numa permanente relação de hostilidade”.

Achille Mbembe tece uma séria crítica aos Estados, enquanto instituições nas quais o racismo, advindo das criações mentais dos europeus, petrifica-se e espalha-se social e culturalmente. O ponto culminante de aplicação do princípio de raça e de segregação racial é o *apartheid* na África do Sul durante o século XIX. Nessa conjuntura, o próprio Estado, pela força do direito e da lei, institui a raça como elemento social para a divisão de grupos étnicos.

¹³ A zona do não-ser é a zona do “além-aquém-Europa”. O “além” designa o estrangeiro, o “fora” da Europa, aquele que não é europeu de fato. Ele está “além” em sentido territorial. O “aquém” representa o tido não-ser como um inferior e subalterno por não nascer branco, europeu e dominante. O que está no âmbito do “além-aquém-Europa” é o subjugado por ser inferior em sentido espacial e ontológico.

Para compreender as incongruências do *apartheid* em 1948, Achille Mbembe retorna ao período de domínios de terras e à partição do mundo entre os séculos XV e XIX. Segundo o autor, o discernimento atual histórico e espacial advém, em grande proporção, das conjunturas de conquistas e explorações das grandes metrópoles sobre as colônias. Aqui, Achille Mbembe se refere ao nascimento da Modernidade e do seu projeto de conquistas dos países do continente extraeuropeu.

Os acontecimentos que constituem o mundo social racista e dual são: 1. a aniquilação dos diversos povos da América; 2. as diásporas negras com escravos transportados para a Europa em condições degradantes; 3. a Europa promovendo a dominação de terras desconhecidas e submetendo os povos naturais dos territórios à lei do conquistador; 4. a elaboração de uma legislação e de Estados racistas. Nesse sentido, o projeto de dominação de outrora iniciado no limiar da Modernidade do século XV e o princípio de raça resultam em um racismo do saber (epistemológico), do poder (político) e do ser (ontológico).

E essa virulenta investida europeia sobre os seus extramuros do globo será conhecida como imperialismo colonial. Como enfatiza Achille Mbembe (2014, p. 106), os conquistadores, “confundindo ‘a civilização’ com a própria Europa, persuadem-se de que esta será o centro da terra”. Enrique Dussel ratifica esses acontecimentos narrados pelo filósofo camaronês como fatos que promoveram o mundo racista contemporâneo.

A Europa, com a sua mundividência etnocêntrica, define um “lá fora”, ausente de direito e de regras morais, falta esta que permite ao colonizador saquear o país conquistado. E o que justifica essa conquista fulminante é a possibilidade da abertura do livre comércio e a liberdade para o europeu difundir o evangelho para o Negro ímpio. É a própria necessidade de obtenção de espólios materiais que homologa a violência branca contra as colônias. Por isso, segundo Achille Mbembe (2014, p. 108), os colonizadores assim pensam: “Este livre campo [de conquista] é desprovido de fronteiras propriamente ditas. Não há nem barreiras nem santuários que não possamos, *a priori*, violar”.

Se as ações estão estabelecidas dessa forma, na zona *além-aquém-Europa*¹⁴, na chamada zona do não-ser impera o direito, não justo, não democrático,

¹⁴ No capítulo *Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado* da obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Franz Fanon critica a tese da escravidão por natureza proposta por Mannoni. De acordo com este último, o malgaxe (idioma nacional e pessoa nascida em Madagascar), desde de criança possui o gérmen de inferioridade, sendo um sujeito dependente. O autor martinicano questiona essa tese e afirma que o complexo de inferioridade malgaxe não é preexistente, mas surge a partir do fenômeno europeu de colonização, que gera o racismo colonial, fazendo o conquistado perder a sua identidade e ver a alteridade no europeu dominador.

mas o direito do mais forte, daquele que obtém as armas e que está pronto para utilizá-las caso o colonizado não se prostre perante o dominador. Trate-se, como enfatiza Achille Mbembe, do “princípio de liberdade”, a partir do qual o europeu determina a ausência de direito para agir despoticamente. O filósofo afirma:

O pressuposto seria: quer se trate de indígenas ou de outros rivais, o Outro Mundo é o lugar onde o único princípio de conduta é o direito do mais forte. Por outras palavras, tudo o que se passa para lá das muralhas europeias situa-se diretamente “fora de critérios jurídicos, morais e políticos reconhecidos aquém da linha”. Se existe direito ou se existe justiça por lá, só pode ser o direito “levado e transplantado pelos conquistadores europeus, quer pela sua missão cristã”, quer por “uma administração concebida no sentido europeu” (MBEMBE, 2014, p. 109).

O Outro Mundo (zona do não-ser) para o europeu se encontra fora e distante da humanidade. É o local no qual verdadeiros homens (Branco) dominam homens animais (Negros), vistos como desumanos por terem culturas e compreensões de mundo distintas das concepções racionais europeias. Para respaldar a ideia de que o Negro deve ser submisso ao Branco, o dominador alega que o conquistado é escravo por natureza¹⁵ e um inimigo declarado.

Não são todos os homens que possuem direitos. Pelo contrário, existe um direito para os civilizados, o de explorar os corpos dos não-civilizados como se fossem máquinas, de subjugar os bárbaros, pois representam perigo por não possuírem a devida moralidade branca. Toda essa empresa é positivada por cânones jurídicos e pela ideia de binaridade de raça, que engendra a linha divisória entre servos e senhores.

Vê-se que a relação entre Negros e Brancos é de não reciprocidade, justificada pela instauração moderna da diferença de qualidade entre as “raças”, explica Achille Mbembe. Estabelece-se, nesse ínterim, que a distinção racial é o arquétipo fundante e parametral a partir do qual os nobres (Branco) devem ter os privilégios necessários para o seu bem-viver. Nesse sentido, a distância entre as raças impera, mas caso algum sujeito aceite o cruzamento de gêneros sofrerá ostracismo sem precedentes. Assim, a prevenção e a preservação do europeu residem na completa separação de “raças”.

¹⁵ Dispositivo jurídico que não pode sofrer alteração.

Verifica-se, de acordo com os autores em questão, que desde o século XV, o projeto *sui generis* da Modernidade é a prática de um processo eugênico antes nunca visto na história da humanidade. Um sonho de raça unitária e idêntica, que não fuja dos padrões de brancura europeia. Como acentua Achille Mbembe:

Sonha-se, igualmente, com o dia futuro, no qual será possível fabricar a vida, obter o que se decidir ser um ser vivo com escolha. O projeto colonial alimenta-se de maneira inédita da raciologia da qual um dos pontos culminantes é o sonho de revolucionar as regras da vida e, no fim de contas, possibilitar a criação de uma raça superior (MBEMBE, 2014, p. 115).

A fantasia e o deslumbre europeus chegam a atemorizar. De fato, trata-se de uma repressão racial contra a heteronomia, contra a alteridade estrangeira, em detrimento a tudo o que não está incluso na identidade branca. A repressão racial colonial apresentada por Achille Mbembe, esse devaneio despótico do europeu, hoje está incluso na biologia humana. O sonho eugênico está se tornando realidade no século XXI, já que nos tempos hodiernos é possível haver a seleção genética da criança a ser gerada. Escolhe-se a cor dos olhos e dos cabelos do indivíduo, bem como as características de outras partes do corpo.

A partir das considerações de Achille Mbembe acerca da seletividade eurocêntrica, fica enfatizado que, se a “raça” negra não está incorporada aos preceitos brancos, surge o processo colonizador para fazer o “favor” de moralizá-la. A colonização, observando o Negro como um néscio, na visão mbembeana, surge como uma forma de assistencialismo educativo e moral para eliminar a imbecilidade nativa. A chegada do homem europeu ao país a ser colonizado é autodeclarada, pelo próprio conquistador, como o antídoto contra a degenerescência do ser humano ignóbil residente do país.

A dissimulação da Modernidade, das reais intenções europeias sobre as suas colônias é feroz. A Europa se mascara, cria uma *persona*, uma *mímese volitiva*, engendra um *simulacro intencional* que ludibria os povos nativos com o intuito de, no exercício de “educar e moralizar” os conquistados, dominará e explorará essas pessoas (o indígena, o negro, o africano, o americano, em suma, o diferente). Há uma falaciosa intenção moderna, a partir da qual a “raça superior” tem como lema o “dever ético” de despertar a moralidade nos que não atingiram o mesmo nível cultural que a brancura detém. Com essa fala que almeja a “prosperidade” dos colonizados, a Europa não apresenta as suas reais vontades (na verdade, deseja valer-se de recursos e sujeitos). De forma irônica, enfatiza Achille Mbembe (2014, p. 117):

“Os colonos não eram senhores cruéis e ávidos, mas antes guias e protetores”. É dessa forma que se institui, por parte da Europa, de forma colérica, a moral cristã com a propagação do Evangelho para o território dominado. O colono “guia e protetor” do conquistado designa tarefas a este. Achille Mbembe delata quais são:

[...] os pretinhos e pajenzinhos mulatos que fazem de moços de companhia às senhoras, que os tratam como periquitos, lulus e outros cachorrinhos, os negros que gracejam, indolentes e bons bailarinos, os pretos bons [...] cujo o papel é garantir a magnanimidade do Branco – nada disso é de hoje. O hábito foi-se sedimentando progressivamente. No século XIX é esse o tipo de negros tolerados na corte, nos salões, na pintura, no teatro (MBEMBE, 2014, p. 122).

Decorre do conteúdo da obra e do pensamento de Mbembe que a “proteção” do Branco sobre o Negro tem em vista a retribuição que o Negro pode proporcionar. Este último é aceitável como o “bom preto”. Para isso, deve estar à disposição para promover o conforto, a diversão e a bajulação do Branco. O Negro é o “cachorrinho” das senhoras brancas, é uma indulgência sempre pronta para dizer “sim, estou à disposição”, simplesmente por estar do outro lado da linha racial que, na verdade, é um mero exotismo, uma alucinação da colonização eurocêntrica.

Já a beleza negra advém da negritude submissa à disposição do proveito branco. Aqui as mulheres são vistas como lascivas, solicitantes da violência e do excesso sexual do Branco. Surge, assim, o exotismo eurocêntrico, os instintos alucinados do conquistador, homem este que violenta e deflora a mulher negra. No entanto, esta não se insinua, é a fantasia do Branco que o convence do contrário, fazendo-o crer em uma insinuação libertina por parte dela.

Constata-se que o europeu não vê um ser humano a sua frente, mas avalia o sinal exterior do indivíduo, isto é, a sua cor. É a tonalidade de pele da pessoa que a faz intrinsecamente inferior e indigna. Como explicita Achille Mbembe (2014, p. 130): “Ao longo dos séculos XVIII e XIX, o epíteto ou o atributo ‘Negro’ caracterizam este vazio inaugural [...] Esta espécie de homem que não sabemos se o é verdadeiramente pode ser descrito como ‘a mais atroz criatura humana’”. Esta “criatura atroz”, definida pela Modernidade colonial, estabelece uma ideia que se torna dominante, de que os Negros, por sua inferioridade inata, tendem a se ajustar facilmente à escravatura e se tornam felizes, já que passam a exercer uma atividade digna e solene: servir ao “bom” senhor.

Em suma, a partir do pensamento dos dois autores aqui estudados, Enrique Dussel e Achille Mbembe, constatamos o colossal e inumano projeto moderno, que é a dominação dos povos “inferiores”. As “raças superiores” têm um “direito” considerado cláusula pétrea, incorruptível e inalienável. Segundo Achille Mbembe (2014, p. 135), usando deste “direito” “[...] o Branco fez do Negro um homem; [...] a Europa fará da África um mundo”. Eis, portanto, a finalidade última do processo de colonização europeia.

Considerações finais

Discutiram-se as ideias de Enrique Dussel e Achille Mbembe sobre o imaginário europeu e, a partir disso, as práticas colonizadoras sobre os povos subjugados. Discutimos o Mito da Modernidade enquanto ficção ideológica produzida pela Europa para renegar seu lugar periférico cultural, político e social. Evidenciamos que para além do aspecto teórico da criação do Mito da Modernidade, a regionalidade europeia buscou avançar rumo ao domínio da América e da África para, em defesa de suas ideias totalizantes, explorar a vida, a cultura, a força de trabalho e os corpos dos colonizados. É a partir da violência sobre o outro que o europeu engrandeceu e promoveu suas revoluções sociais, políticas e tecnológicas.

Demonstramos, sobretudo a partir de Achille Mbembe, a definição de raça tanto violenta simbolicamente quanto agressiva fisicamente. Na Modernidade a noção de raça define o grau de importância da vida humana para estabelecer o negro como pecador que deve ser redimido pela cultura branca, o inepto que deve ser educado por seu colonizador, o ser de vigor físico pronto para servir o seu senhor.

Enrique Dussel julga necessária a superação do Mito da Modernidade para reverter os efeitos devastadores do eurocentrismo (racismo, preconceito, determinações epistemológicas, políticas e ontológicas). Tal movimento implicaria em desmascarar a Europa que se declara como a “sempre-potência”, livre de heteronomias e de outras culturas. E isso só é concebível por meio do desvelamento da verdade, isto é, de que o ser humano negro, africano, americano, indígena não é culpado pelo flagelo a ele desferido. A negação da “pureza” de uma Modernidade “solidária” permitirá evidenciar que aquele apontado como não-ser, na verdade, é ser plural, criativo, imbuído de história.

Dussel propõe uma *Trans-Modernidade*, a partir da qual as alteridades mazeladas reconheçam e critiquem o racionalismo eurocêntrico que explora e promove a exaustão dos recursos naturais e de pessoas. Todavia, que não fique na mera crítica teórica, mas que ultrapasse essa linha e se

expanda para uma prática fecunda que vise a transformação das consciências. É a práxis social de quebra de paradigmas que pode desvelar o instituído pelos pressupostos modernos. Porém, aqui não se trata de voltar a um passado no qual não havia a invenção de uma Modernidade, e tampouco da negação absoluta do que a Europa construiu durante séculos. Com isso apenas cairíamos, como evidencia Enrique Dussel, em um “irracionalismo niilista”. A questão é desencobrir as “verdades” de uma história unitária que nos é passada de geração a geração.

Na concepção de Achille Mbembe (2014, p. 58), a trans-Modernidade poderia ser vista como *abertura do mundo*. Trata-se de uma insurgência descolonial que “designa o levantamento de uma clausura, o descerramento de uma vedação [...] A questão da abertura do mundo – de pertencer ao mundo, habitar o mundo, criar o mundo – é o fulcro do pensamento anticolonialista e da noção de descolonização”. É aqui que o colonizado toma consciência de que ele pode fazer a sua própria história. Esse despertar para a descolonização destina-se não à realização do próprio ego, mas à *ascensão da humanidade* em sua grande diversidade.

Achille Mbembe explicita que para Franz Fanon essa ascensão só se realiza a partir do momento em que o mazelado pela metrópole colonizadora se ergue, promovendo um *surgimento*, a partir do qual o considerado não-ser sai da zona “estéril e árida”. E o que traça essa linha é o princípio de raça, que o colonizador utilizou para enclausurar o conquistado no seu lugar de servo. Mas a abertura do mundo promove o desmantelamento e a desestruturação dessas correntes que vedam a razão da alteridade. Se foi o princípio de raça engendrado pela Modernidade que declara quem é inferior e superior, é justamente essa cerca que deve ser desfeita. Se a raça foi definida como o fundamento da divisão social e humana, explicita Achille Mbembe seguindo a Franz Fanon (2014, p. 60), “a abertura do mundo pressupõe a abolição da raça. Só pode concretizar-se quando se admitir que [...] ‘o negro é um homem igual aos outros, um homem como os outros, ‘um homem entre outros homens’”.

A proposta de Achille Mbembe é de supressão do elemento operatório de julgamento concebido pela Modernidade (a raça), já que é um mero princípio fictício e fantasioso de segregação social. A *abertura do mundo é o pressuposto de uma “cidadania humana originária”*, a partir do qual o não-ser erga-se como ser de cultura e de história, promovendo a descolonização e a livre condição de pensamento.

A Trans-Modernidade proferida por Enrique Dussel só seria possível a partir da abertura de mundo pronunciada por Achille Mbembe, que

ultrapassa a noção de raça e enxerga a humanidade do humano, não os seus atributos como cor de pele, idioma falado, religião, terra natal ou qualquer condição material. Trata-se de ver o outro como um poder-ser. É a partir do respeito à alteridade, vendo-a como uma projeção, que é possível uma relação significativa com o outro. A partir dessa convivência pautada no poder-ser que passamos a crer que o outro é um *tu* e não um *isso*, que a alteridade representa dignidade, não sendo e nunca sendo um objeto à disposição de um ego.

Propomos uma simplicidade relacional. Isso indica o deixar-ser o que a alteridade e a sua projeção alcançarem. O elemento norteador da relação eu-outro é o respeito às possibilidades de ambas as partes. Compreendemos que a abertura do mundo deve partir da estima e deferência ao poder-ser da alteridade. Eis a nossa proposta, que não significa o fim dos antagonismos de ideias, mas a possibilidade de negociação constante e equitativa por meio do diálogo.

Enfim, o marcador fundamental da relação com a alteridade o qual propomos é a visão de que *o outro é outro por completo*. Aqui não enxergamos cor, raça, etnia, razão social ou grau de escolaridade quando nos encontramos com o outro, não o predicamos ou o caracterizamos, mas o outro é visto como possibilidade infinita e não passível de ser encerrado em um padrão.

Referências bibliográficas

DUSSEL, Enrique. Europa, Modernidade e Eurocentrismo. *In: A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, Edgardo. (Org.). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

----- . *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

----- . *Sair da Grande Noite. Ensaio sobre a África Descolonizada*. Luanda, Angola; Ramada, Portugal: Edições Mulemba; Edições Pedagogo, 2014.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.